



O DEMÓSTENES HISTÓRICO

Roberto C. G. Castro

Com este artigo, temos o objetivo de pensar sobre a figura do grande orador ateniense do século IV antes de Cristo, Demóstenes, e – com base em sua retórica – determinar com mais exatidão o perfil desse personagem que, sem dúvida, exerceu forte influência sobre a Grécia em sua época. Isso parece ser importante na medida em que, ao longo dos séculos, o orador foi visto de diferentes modos. Desde a Antiguidade, sua vida e obra foram objeto de análise de pensadores que viram Demóstenes de maneiras diferentes – às vezes até incompatíveis. Portanto, as perguntas que buscamos responder são estas: qual é o “verdadeiro” Demóstenes? Qual o seu caráter e suas reais intenções como líder de Atenas?

Para responder a essas questões, vamos, primeiro, expor três visões sobre Demóstenes elaboradas ao longo da história. Em seguida lançaremos um olhar mais penetrante sobre a retórica do orador, o que vai nos ajudar a, no final, compor o perfil do grande líder ateniense.

INTERPRETAÇÕES

O significado e a importância da carreira de Demóstenes receberam diferentes interpretações ao longo dos séculos. A primeira delas remonta à Antiguidade e está relacionada à postura de autores como Plutarco, nascido por volta do ano 50 da era cristã, que escreveu as *Vidas de Homens Ilustres*. Em seu testemunho sobre Demóstenes, Plutarco esboça um perfil bastante favorável ao orador, apresentando-o como um intransigente defensor da liberdade grega contra a ameaça de Filipe da Macedônia. Fiel aos princípios democráticos – que nunca traiu –, ele jamais teria mudado sua forma de atuação, desde o início da carreira até a morte.

Segundo Plutarco, assim que iniciou – de forma “digna” da causa – a defesa da Grécia contra Filipe, Demóstenes firmou tal reputação que se tornou admirado em toda a Hé-

lade, em razão de seus discursos e ousadia de linguagem. De acordo com aquele autor, “é evidente que Demóstenes se manteve até o fim no partido que ele abraçou no início, sem abandonar seu posto, e que não somente ele não mudou no curso de sua vida, mas ainda sacrificou a própria existência para não mudar” (Plutarco, 1905, p. 13).

Plutarco afirma ainda sobre o orador:

“Nós não podemos falar de Demóstenes como de um homem que dissimula e transforma sua linguagem ou sua atividade. Ao contrário, seguindo sempre uma única e mesma linha política sem variação, ele persistiu, como se diz, na mesma nota” (Plutarco, 1905, p. 13).

Demóstenes, acrescenta Plutarco, uniu à grandeza dos desígnios e à nobreza de linguagem a coragem militar e a integridade em cada detalhe da sua carreira. Por tudo isso, diz, ele merece ser colocado não somente no número dos grandes oradores do seu tempo, mas mais acima, junto com homens como os estrategos Címon, Tucídides e Péricles (Plutarco, 1905, p. 13).

Em meados do século II da era cristã, o escritor Luciano de Samósata reitera a visão de Plutarco sobre Demóstenes. Num de seus diálogos, *Elogio de Demóstenes*, ele presta um verdadeiro culto de admiração e louvor ao orador ateniense, colocando-o no mesmo nível de Homero e dos deuses gregos.

Para Luciano, um orador que desejasse louvar Demóstenes ficaria confuso diante de tantas qualidades a destacar, sem saber por qual delas começar o elogio:

“Tu tens em torno de ti, para lançar teus olhos, o grande caráter de teu herói, seu ardor inflamado, sua vida temperante, o poder de sua palavra, sua coragem na ação, seu desprezo cem vezes renovado por grandes lucros, sua justiça, sua humanidade, sua boa-fé, seus sentimentos elevados, sua inteligência e todos os atos tão numerosos como importantes de sua vida política” (Samosate, 1993, p. 18).

ROBERTO C. G. CASTRO é jornalista, doutor em Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da USP e autor de, entre outros, *Comunicação na Grécia Antiga – Reflexões para a Mídia do Século 21* (Cemorac/Factash).

Em toda a sua carreira política, Demóstenes sempre se manteve fiel à democracia ateniense e lutou para preservá-la, segundo o testemunho de Luciano: “É Demóstenes que eu admiro, acima de tudo pela elevação de seu espírito, sua inteligência e por essa coragem inflexível que com todas as tempestades da fortuna manteve a linha que ele traçara e não cedeu a nenhum revés” (Samosate, 1993, p. 33). O escritor afirma ainda:

“Ele revela, malgrado esses seus cidadãos adormecidos, como eles tinham sido tragados pela mandrágora. Contra a insolência deles, usa de franqueza como a do ferro e do cautério, sem se importar em agradar. Ele transfere aos exércitos os fundos públicos consagrados ao teatro; ele reorganiza, através das leis sobre a trierarquia, a frota quase inteiramente arruinada pela desordem; ele restaura a dignidade dos cidadãos, aviltada desde longo tempo pela instituição da dracma e do trióbolo; ele os tira de seu torpor incitando-os a imitar seus ancestrais e os altos feitos de Maratona e Salamina; ele forma alianças e confederações entre todos os gregos. É impossível escapar à sua vigilância e enganá-lo e não se pode suborná-lo, assim como o rei da Pérsia não pode subornar o famoso Aristides” (Samosate, 1993, p. 36).

Essa imagem heroica de Demóstenes reproduzida por Plutarco e Luciano atravessou os tempos. Ela só foi seriamente contestada no século XIX, com o advento dos historiadores de inspiração positivista, que inauguraram uma nova maneira de interpretar a figura do orador ateniense. Levados pela ideia de que uma subjacente lei do desenvolvimento movia os gregos inelutavelmente para uma nova organização social – o império universal de Alexandre, em substituição à cidade-estado –, esses autores passaram a ver Demóstenes apenas como um pequeno obstáculo no curso de um processo histórico irresistível. De acordo com essa visão, o orador ficou reduzido a um personagem menor na história da Grécia, uma figura que se apaga diante de Alexandre e de todo o processo

de desenvolvimento que necessariamente conduziria a um fim único – a unificação da Hélade sob a direção da Macedônia. Entre os representantes dessa escola de pensamento encontra-se o alemão J. G. Droysen, que escreveu *Alexandre Magno*.

Para Droysen, não se pode duvidar do patriotismo de Demóstenes nem do zelo com que tentou salvar a honra e o poder de Atenas, razão por que é considerado o maior orador de todos os tempos. Mas o que não é tão seguro, escreve o autor alemão, é que sua visão de estadista estivesse à mesma altura, de forma que se possa ver nele o líder da política nacional da Grécia.

Enfatizando a ideia de que a vitória macedônica significava o progresso da Hélade, Droysen afirma:

“Ainda que os patriotas atenienses cressem ou dissessem lutar contra Filipe em nome da liberdade, da autonomia, da cultura helênica, da honra nacional, o certo é que nenhum desses bens se teria assegurado com o triunfo de Atenas, com uma nova hegemonia do demos ático sobre seus aliados ou sobre os territórios submetidos, com aquela desgastada e já esgotada democracia feita de sicofantas, demagogos e tropas mercenárias” (Droysen, 1946, p. 26).

A Hélade vivia uma situação miserável e vergonhosa, que se tornava cada vez mais insustentável e explosiva à medida que o mundo grego se mantinha dentro da atomização da cidade-estado e de um processo de progressiva paralisia, diz Droysen. Para esse autor, Demóstenes se equivocava – “erro que talvez faça honra a seu coração, mas não fala em favor de sua inteligência” (Droysen, 1946, p. 27) – ao imaginar que com aqueles cidadãos de Atenas, “charlatões e vulgares”, seria capaz de executar uma política em grande escala e oferecer uma luta tenaz contra a Macedônia. Não é de estranhar, assim, que Droysen, em sua obra, dedique tão pouca atenção ao orador ateniense.

No século XX, o helenista alemão Werner Jaeger propôs uma nova interpretação

para a vida e a obra de Demóstenes. Segundo ele, o comportamento político de Demóstenes apresentaria matizes ao longo da sua carreira. Demóstenes teria iniciado sua carreira de orador defendendo os interesses das famílias mais abastadas de Atenas. Pouco depois, assumiria a postura de democrata moderado a fim de fazer com que a cidade adotasse a política externa que propunha. Por fim, diante da possibilidade de ver Atenas dominada pela Macedônia, teria se agarrado com determinação à causa democrática e se transformado então no ardoroso defensor do regime.

Para Jaeger, os discursos *Contra Andrócio*, *Contra Léptines* e *Contra Timócrates*, datados da fase inicial da atividade pública de Demóstenes, teriam o mesmo objetivo de atacar a política democrática de Aristofonte e seus partidários, então no poder, que conduziam uma administração contrária aos interesses da classe abastada de Atenas – a que Demóstenes estava ligado desde o nascimento.

Andrócio deve ter sido um dos mais importantes colaboradores de Aristofonte, lembra Jaeger, já que teve um papel importante na política tributária de Atenas na época. A questão que provocou a denúncia contra ele – a ilegalidade da proposta de coroação do Conselho – parece mero pretexto para Demóstenes lançar uma contundente crítica à política de Andrócio. Severa, essa política exigia que os cidadãos devedores do Estado pagassem suas contribuições atrasadas, com o fim de recuperar as finanças de Atenas. “Naturalmente essa medida pesou com maior dureza sobre as classes proprietárias, a que pertenciam Demóstenes e seus amigos políticos” (Jaeger, 1994, p. 80).

Timócrates também era amigo político de Aristofonte. Ele havia sugerido uma lei estabelecendo que os devedores do Estado se livrariam da prisão por um ano caso pagassem uma fiança. A proposta tinha como objetivo beneficiar Andrócio, que fora acusado de se apoderar dos despojos de uma embarcação egípcia capturada no mar Egeu. O fato de *Contra Timócrates* conter vinte e quatro

parágrafos tomados literalmente de *Contra Andrócio* confirma, para Jaeger (1994, p. 84), a suspeita de que esses discursos formam parte de “um programa sistemático de agitação”.

Mas, diz Jaeger, se nos seus primeiros discursos políticos Demóstenes se dedica a defender os interesses das classes abastadas de Atenas e a se opor aos democratas no poder, os pronunciamentos seguintes revelariam, surpreendentemente, um orador avesso à oligarquia e preocupado com os mais caros valores democráticos, como a liberdade, a justiça, a legalidade e a igualdade. Essa mudança, ainda segundo Jaeger, poderia ser notada nos discursos *Sobre as Simorias*, *Pelos Megalopolitas* e *Pela Liberdade dos Ródios*.

Para Jaeger, o apelo aos valores democráticos, presente nesses discursos, não significa uma adesão automática de Demóstenes à democracia, mas seria resultado de cálculo. Demóstenes – diz Jaeger – manteve-se originalmente em torno de um grupo de políticos que combatiam energeticamente a influência democrática radical. Na época em que pronunciou o *Pela Liberdade dos Ródios*, ele buscava criar nas massas indiferentes um estado de ânimo tal que as levasse a se sentir dispostas para a guerra. Para conseguir isso, apelou ao seu amor pela liberdade, lema que servia somente para promover sua política externa.

A luta intransigente pela liberdade caracterizará, de fato, o pensamento político de Demóstenes, reconhece Jaeger. Mas essa característica se firmará no caráter do orador apenas alguns anos depois, diante da ameaça de Filipe da Macedônia. Antes disso, predomina o aristocrata que quer conter a todo custo o avanço dos democratas radicais. Para o autor, Demóstenes vê-se obrigado

“[...] a adotar essa enérgica postura contra os democratas atenienses e, ao mesmo tempo, ganhá-los com argumentos endereçados a suas tendências partidárias, e de uma maneira direta e deliberada, como se quem estivesse se dirigindo a eles fosse um orador de seu próprio partido. A verdade é que a única

intenção de Demóstenes consiste em evitar que aqueles que se opõem a sua política externa, os não intervencionistas inflexíveis, utilizem os impulsos perniciosos e carentes de visão da multidão, sua malícia e espírito vingativo, e impeçam que o povo ateniense tome parte ativa nos assuntos exteriores” (Jaeger, 1994, pp. 121-2).

CIDADÃOS E ORADORES DE ATENAS

Celebrado desde a Antiguidade como o maior orador da Grécia, Demóstenes tinha aversão a um modelo de retórica que se praticava na Atenas de sua época. Frequentemente entrava em conflito com adversários que, em sua opinião, utilizavam a palavra para fins inadequados. Era outra a visão que ele possuía da retórica e do poder de persuasão que essa técnica conferia ao orador.

Demóstenes tinha em mente os reais objetivos da eloquência como meio de ação política – fornecer à cidade conselheiros úteis e dirigentes virtuosos. O papel de conselheiro é o que se atribui particularmente aos oradores que elaboram os chamados discursos deliberativos, que têm como características, além do fim político, o fim ético. Por isso, a principal finalidade dos discursos deliberativos é o interesse, a utilidade. Eles se distinguem dos discursos judiciários, pronunciados nos tribunais para defender ou condenar uma causa, e dos discursos epidícticos ou demonstrativos, feitos para elogiar uma pessoa ou uma cidade em ocasiões como festas e cerimônias públicas, conforme a famosa classificação de Aristóteles.

A visão de Demóstenes sobre a retórica fica mais clara quando se analisa o comportamento dos outros oradores atenienses. Antes de proceder a essa comparação, porém, acreditamos ser útil conhecer mais detalhadamente o público a que os oradores atenienses se dirigiam. A partir das referências às características dos ouvintes reunidos na Assembleia, poderemos entender melhor as ações desses oradores e visualizar suas intenções.

Os pensadores gregos e a experiência mostraram as fraquezas do povo que ouve os oradores na *Ekklesia*. No plano teórico, persiste ao longo da história grega a ideia de que o cidadão comum, desprovido do necessário conhecimento sobre a arte de bem administrar a *pólis*, é incapaz de dirigir os negócios públicos. Um exemplo disso encontra-se na obra de Teógnis, poeta nascido em Mégara na segunda metade do século VI. Para ele, os antigos dirigentes da sua cidade – ligados à classe dos nobres, proprietários de terras, que se autodenominam os *kaloí kagathoi*, os “belos e bons”, os “perfeitos” – foram substituídos por pessoas despreparadas, ignorantes, cegas e incompetentes, os chamados *kakoi*, os “maus”, os plebeus. Assim se expressa Teógnis:

“Cirno, esta cidade é ainda uma cidade, mas seus habitantes mudaram: aqueles que outrora não conheciam nem direito nem lei, bons para usar em torno de si peles de cabras e para pastar fora das cidades como cervos, esses agora são os bons. As pessoas honestas de outrora se tornaram desprezíveis. Quem pode suportar esse espetáculo?” (Teógnis, 1975, p. 53).

É por isso que Teógnis aconselha:

“Não faças amizade com nenhum desses concidadãos, Polípedes, qualquer que seja a vantagem que tu esperas disso [...]. Tu aprenderás a conhecer esses miseráveis, saberás que em seus atos nenhuma confiança é possível, que eles se comprazem com a astúcia, a mentira e o embuste” (Teógnis, 1975, p. 60).

Outro testemunho da incapacidade do povo para o governo da cidade pode ser encontrado na *Constituição* de Atenas, datada provavelmente da segunda metade do século V e falsamente atribuída a Xenofonte. Nela, o autor afirma que o regime em que o povo detém o poder é “rejeitado pelos melhores” homens, pois entre estes a indisciplina e a injustiça são “escassas” e há “o máximo rigor” para o que é realmente importante. “Mas no povo a ignorância é máxima e também a desordem e a baixaza, pois a penúria o empurra

Demóstenes discursando aos cidadãos atenienses



Reprodução

a coisas vis e também a falta de educação e ignorância em alguns homens provêm da escassez de meios” (Xenofonte, 1985, p. 5).

Essa ausência de reflexão do povo nas reuniões deliberativas era facilitada pelas paixões produzidas na multidão reunida. Os gregos antigos conheciam a psicologia de grupo. Eles sabiam que, embalado pelo entusiasmo do momento, pela euforia e pelos gritos, o povo poderia ser levado a tomar atitudes irrefletidas, visando tão-somente a satisfazer suas vontades imediatas. Já Sólon, no início do século VI, advertia num de seus poemas: “Cada um de vós, sozinho, anda sobre as pegadas da raposa, mas em conjunto tendes espírito vazio” (apud Barros, 1999).

Mais tarde, também Heródoto apontará os riscos inerentes à multidão reunida. Em sua *História*, ele reproduz um famoso diálogo sobre os regimes de governo, de que participam Dario, partidário da monarquia, Otanes, defensor do governo do povo, e Megabizo, simpático à oligarquia. Nessa conversa, Megabizo descarta a democracia apelando justamente para a ignorância e irracionalidade do povo. Ele afirma:

“Não há nada de mais insolente do que uma multidão inconsequente. E escapar à insolência de um tirano para cair na de uma população desenfreada é coisa que não se pode

tolerar. Um, se faz qualquer coisa, o faz com conhecimento de causa. O outro não é capaz desse conhecimento. Como o seria, se não recebeu instrução nem viu nada de bom por si mesmo, lançando-se aos negócios sem nenhuma reflexão, como a torrente do rio?” (Heródoto, 1949, p. 81).

Não é à toa que Platão, no século IV, compara a multidão, com suas paixões e falta de reflexão, a um “animal grande e feroz”. Para o filósofo, os oradores – tal como os criadores de animais selvagens – buscam conhecer as “fúrias e desejos” do povo, saber quando ele é “mais intratável ou mais meigo” e descobrir com que vozes “se amansa ou se irrita”, a fim de poder controlá-lo (Platão, 1993, 493b).

Lembrando que a semente da “natureza filosófica” não se desenvolve em “terreno inconveniente”, Platão dá um exemplo de ambiente impróprio para a reflexão e a ação racional. Ele diz:

“Quando tomam assento juntos e em grande número, nas assembleias ou nos tribunais, teatros ou acampamentos ou qualquer outra reunião pública numerosa, e com grande alarido censuram certos ditos e feitos, outras vezes aprovam, exagerando em ambos os sentidos, quer na gritaria quer nos aplausos,

e, além desses, as pedras e o lugar onde se encontram fazem-lhes eco, produzindo um ruído em duplicado da censura e do louvor. Em tais condições, como se comportará o coração do jovem de que falávamos? Ou que educação particular resistiria, sem ser arrasada, submersa por essa tal censura ou louvor, na corrente que a leva? E não declarará que são belas ou feias as mesmas coisas que para eles, e não terá as mesmas ocupações e não será do mesmo jaez?” (Platão, 1993, 492b-c).

Os oradores sabiam se aproveitar de uma multidão soberana e influenciável, que deliberava na Assembleia e julgava nos tribunais. No século IV a.C., esses oradores serão os herdeiros dos mestres da retórica, uma arte que nascera por volta de 465 a.C., na Sicília, a fim de resolver litígios judiciais, e foi levada para Atenas, onde Górgias revestiu-a de um caráter literário. Eles herdarão também o ódio de Platão, que nos diálogos *Protágoras* e *Górgias* já combatia o ensino dos sofistas. Para o filósofo, o comportamento dos oradores – interessados apenas em convencer os ouvintes, sem nenhuma preocupação com a verdade – é um escândalo. “A autêntica arte do discurso, desvinculada do verdadeiro, não existe e não poderá jamais existir”, afirma no diálogo *Fedro* (260e).

A oposição de Platão não foi capaz de deter o avanço dos oradores, que, no século IV a.C., ocuparão uma proeminente posição em Atenas. Já Aristófanes brincava com o amor dos atenienses pelos processos e discursos: nas *Nuvens*, a primeira coisa que Estrepsíades busca ver, num mapa onde figura Atenas, são os juízes sentados no tribunal.

Mas o desenvolvimento da retórica em Atenas levou a certas deformações e abusos, como a profusão de denúncias (*eisangelia*). Segundo A. Jardé, o direito ático previa dois tipos de causas, a causa em que a ação é pública (*graphé*) e a causa em que a ação é privada (*díke*). Na *graphé*, a acusação tinha em vista a reparação de uma ofensa ao Estado. A ofensa individual era objeto de uma *díke*. Como não havia

ministério público, qualquer cidadão podia apresentar à *Boulé* ou à Assembleia uma *graphé* contra alguém que tivesse cometido uma ofensa ao Estado. Se o acusado fosse condenado, seus bens eram confiscados, e uma parte deles passava para as mãos do acusador. Isso gerou uma verdadeira indústria de denunciadores, os *sicofantas*, que se dedicavam a fazer acusações contra os cidadãos, principalmente os mais ricos. Com esse desvio, esses tinham de se submeter a julgamento ou sofrer chantagem. “Medidas foram tomadas para intimidar os *sukophántai*; por exemplo, se não conseguissem obter pelo menos um quinto dos votos dos jurados, ou se abandonassem um processo após tê-lo começado, podiam ter de pagar uma multa pesada e perder o direito de abrir de novo processos semelhantes”, explica P. V. Jones. “Contudo, os indícios, em seu conjunto, sugerem que os atenienses tinham grandes dificuldades para efetivar essas medidas” (Jones, 1997, p. 230).

Jacqueline de Romilly destaca ainda uma outra característica dos oradores atenienses no século IV a.C., igualmente perigosa para a democracia: a tendência a bajular o povo. Para ela, a demagogia – palavra que, originariamente relacionada aos líderes ou “condutores” do povo, logo ganhou um sentido pejorativo – predomina em Atenas a partir da ascensão de Cleón ao poder, após a morte de Péricles. “Esse mal aparece mais em Atenas, onde a soberania popular era exercida de maneira direta, a propósito de cada decisão” (Romilly, 1975, p. 46).

UMA RETÓRICA PEDAGÓGICA

É exatamente contra esse tipo de retórica – usada para obter vantagens pessoais – que Demóstenes se insurge. A crítica à oratória praticada em Atenas está presente já nos primeiros discursos políticos do orador. Em *Contra Timócrates*, de 353 a.C., por exemplo, Demóstenes reclama que “não passa um mês sem que os oradores façam alguma proposição ditada por seus interesses pessoais”.

Em *Contra Léptines*, de 355 ou 354 a.C., ele alerta o povo de que decisões de validade duvidosa são arrancadas pelos “clamores, violência e impudência dos oradores”. No *Contra Andrócio*, da mesma época, os juízes são exortados a não se deixar enganar pelos “raciocínios retóricos” de Andrócio, que é “um mestre da palavra”. Invocando a sabedoria das leis de Sólon, Demóstenes lembra que o legislador criou mecanismos que impedem unir “a eloquência e a audácia a vícios abomináveis” – entre eles a proibição de que os prostituídos participassem das Assembleias –, a fim de evitar a depravação e o engano do povo pelos oradores.

No *Contra Aristócrates*, de 352 a.C., as críticas são ainda mais violentas. Ali, Demóstenes afirma que os cidadãos sabem ser os oradores “a classe mais nociva à cidade”, embora deem ouvidos a suas palavras. No mesmo discurso, ele responsabiliza “os oradores malditos e inimigos dos deuses” pela decadência de Atenas. “Esses homens foram tão longe no amor a um ganho sórdido que eles vendem vossas honras e vossas recompensas como se vendem no leilão pequenas mercadorias sem valor.” Em *Sobre a Organização Financeira*, Demóstenes diz que as orelhas dos atenienses estão “enfermas”, de tanto ouvir mentiras dos oradores, ao invés de palavras salutares.

A mesma aversão à oratória e aos oradores aparece nos inflamados discursos contra Filipe da Macedônia. Na *Terceira Filípica*, Demóstenes condena os oradores que buscam agradar o povo – com o que conseguem manter sua posição de prestígio na cidade – ao invés de dar os melhores conselhos. Eles são a verdadeira causa dos males da cidade, diz. Também critica os oradores que “falam em defesa dos inimigos”. De acordo com a *Terceira Olintáca*, os negócios da cidade vão mal porque os oradores estão mais preocupados em saber como agradar ao povo do que em verificar qual é, de fato, o interesse público.

É na *Oração sobre as Questões da Quersoneso* que sobressai nitidamente a radical diferença entre Demóstenes e seus adversá-

rios, entre o modelo demostênico de retórica e o modelo tradicional ateniense. Numa clara alusão aos *sicofantas* e aos políticos interesseiros, ele afirma:

“De fato, o homem que, negligenciando o interesse da cidade, instaura ação judicial, faz confiscações, concessões e delações, age dessa maneira sem precisar de coragem para isso, mas tendo como garantia de sua segurança seus discursos e a atividade política destinados a vos agradar, tal homem é ousado sem nenhum risco; aquele, porém, que por vossos maiores interesses se opõe a vossos desejos e nada diz para vos agradar, mas sempre o que é mais útil, e escolhe aquela política na qual os acasos da sorte têm mais peso que os cálculos, e ainda se mostra diante de vós responsável por aqueles e por estes, esse homem é corajoso e certamente é ele o cidadão útil, e não aqueles que, pelo desejo de vos agradar dia após dia, sacrificaram os maiores interesses da cidade. A estes eu estou tão longe de invejar ou de julgar que são cidadãos dignos de nossa cidade que, se alguém me perguntasse: ‘Dize-me, e tu, que bem fizeste à nossa cidade?’, embora possa, atenienses, citar trierarquias, coregias, contribuições em dinheiro, resgates de prisioneiros e outros atos de humanidade análogos, nada disso mencionaria, mas diria que não participo de nenhuma das ações políticas que se assemelham às deles e, podendo talvez assim como outros acusar, procurar agradar, confiscar e fazer as demais coisas que eles fazem, jamais me atribuí um único desses papéis, e não me deixei levar nem por ganância, nem por ambição, mas continuo a proferir conselhos que me tornam menos considerado que muitos outros diante de vós, mas que, se confiásseis em mim, poderíeis ser mais poderosos” (Demóstenes, 2001, 69 a 71).

Ainda na *Oração sobre as Questões da Quersoneso*, Demóstenes mostra as consequências dessa condenável retórica para a formação do povo. Ele diz:

“Mas, agora, demagogicamente vos atrain-

do e procurando de maneira exagerada vos agradar, eles vos dispuseram de tal maneira que nas assembleias sois afáveis e suscetíveis à bajulação, ouvindo dizer tudo o que vos agrada, mas na ocorrência dos fatos já correis o extremo perigo” (Demóstenes, 2001, 34).

Ou seja, para Demóstenes, o cidadão que resulta do ensino dos oradores atenienses é um ser corrompido, que abandonou as qualidades típicas dos homens do passado – responsáveis pela glória da cidade – e entregou-se à acomodação, ao prazer pessoal e à inércia. Isso fazia dele uma pálida sombra do ateniense de outrora, tão dedicado a sua pátria e pronto a servi-la.

Demóstenes vê no próprio cidadão uma forma de se proteger da retórica enganadora. Em *Sobre a Organização Financeira* (parágrafo 36), ele afirma:

“Jamais vossos oradores vos tornam bons ou maus. Sois vós que fazeis deles o que vós quereis. Não vos conformeis à vontade deles, uma vez que eles se regram pelos desejos que eles vos atribuem. Tende, portanto, vontades sadias e tudo irá bem. Pois, das duas uma: ou ninguém dirá nada de mau ou aquele que o disser não aproveitará nada, na falta de ouvintes dispostos a se deixar persuadir”.

Esse texto, datado de 349 a.C., coincide com outro famoso discurso de Demóstenes, a *Oração sobre a Coroa* (parágrafo 277), proferido dezoito anos depois, em 330 a.C. Nele, o orador declara: “O poder do orador depende dos ouvintes, pois é segundo a acolhida que vós fazeis a cada um e a simpatia que vós lhe testemunhais que o orador passa por ser inteligente”.

A luta de Demóstenes inclui, portanto, despertar moralmente o cidadão para que este, tendo sempre uma “vontade sadia” ou “nobre”, não dê ouvidos aos discursos que corrompem o ateniense e o conduzem à inércia.

Ao criticar os oradores da época e até mostrar um meio de proteção contra eles, Demóstenes deixa entrever o modelo de retórica que realmente preza e procura exercitar

diante dos atenienses. Esse modelo tem sempre em vista o interesse da cidade. Porém, o interesse da cidade não coincide necessariamente com os desejos do povo, habituado à acomodação, mesmo quando a coisa pública corre perigo. Cabe ao orador, para Demóstenes, contrariar as vontades populares, se preciso, para defender o Estado.

Essa devoção à cidade está bem caracterizada numa passagem de *Pela Liberdade dos Ródios* (parágrafos 32-33), em que o bom cidadão é comparado a um soldado:

“Vós deveríeis, atenienses, julgar segundo os mesmos princípios a conduta do político e a do soldado. Quais são esses princípios? Vós julgais que aquele que abandona o posto em que o estrategista o colocou merece perder seus direitos de cidadão e toda participação nos negócios públicos. Da mesma forma, esses que abandonam, na política, o posto que a tradição de nossos pais nos legou, esses que pactuam com a oligarquia, vós deveis considerá-los destituídos do direito de vos dar conselhos”.

É à cidade, portanto, que o orador deve dedicar seus dons, talentos e esforços – e não a si próprio ou ao povo.

Saber qual é o interesse de Atenas resulta de reflexão e de cálculo – eis outra característica da retórica de Demóstenes. Muito mais do que compor palavras bonitas e construções elegantes, o orador precisa conhecer profundamente o assunto sobre o qual discorre a fim de dar os “melhores conselhos” em benefício da cidade.

Em *Sobre a Paz*, o orador aborda esse processo. Ele enfatiza que suas previsões e clarividências se devem ao fato de que seus julgamentos são feitos sempre unicamente “segundo as circunstâncias”, razão por que lhe vem à mente o melhor a fazer.

Na *Oração sobre a Coroa* (parágrafo 246), ele explica melhor como deve proceder o orador sincero:

“Ver os acontecimentos desde o início, senti-los, anunciá-los aos outros. E também, em

cada ocasião, reduzir ao mínimo as lentidões, as hesitações, as ignorâncias, as invejas, que são falhas naturais da democracia, faltas inevitáveis. Ao contrário, conduzir à concórdia, à simpatia, ao zelo de fazer seu dever”.

Analisadas as circunstâncias, refletido e identificado o verdadeiro interesse da cidade, passa-se à próxima etapa da retórica demonstrativa, talvez a mais difícil – fazer o povo agir conforme esse interesse. “A dificuldade não é, a meu ver, vos ensinar o que é o melhor”, diz o orador no prólogo de *Pela Liberdade dos Ródios* (parágrafo 1). “É vos persuadir a fazê-lo.” Para Demóstenes, a ação do ouvinte é parte fundamental da retórica. O prazer das palavras que, não sendo oportuno, prejudica a ação significa um engano vergonhoso, diz o orador em sua *Primeira Filípica* (parágrafo 38). Na *Segunda Filípica* ele afirma que aquilo que justificaria ouvir os discursos contra Filipe – a ação – não é realizado, o que torna as palavras inócuas. O mesmo desprezo pelo logos vazio, ainda que elegante e bem elaborado, se encontra na *Segunda Oliníaca* (parágrafo 12): “Vede bem, atenienses, que nossos embaixadores não levem unicamente palavras, mas que possam mostrar ações”, alerta. “As palavras, quando faltam as ações, se tornam mero boato.”

Nisso consiste a função pedagógica da retórica de Demóstenes: em seus discursos, o orador insiste em que a palavra deve servir como um recurso para conduzir o cidadão à ação, não para levá-lo à indolência, à apatia ou à mera contemplação, como queriam seus adversários. Isso parece sugerir que Demóstenes pretende fortalecer, no âmbito da *pólis* ateniense, os antigos valores caros aos gregos desde Homero, valores da honra (*timé*) e da ação – o combate guerreiro incorporado na palavra *agón*. Essas noções, aliás, parecem exercer profunda influência na ideia demonstrativa de educação e formação humana.

CONCLUSÃO

Com base nessa breve reflexão sobre a retórica de Demóstenes, sentimo-nos mais

à vontade para julgar a figura histórica do orador ateniense, como fizeram vários eruditos ao longo dos mais de 2.300 anos que nos separam da Grécia clássica.

Ao se analisar a eloquência de Demóstenes, nota-se que o grande orador ateniense cumpria à risca o papel atribuído pela teoria retórica aos discursos deliberativos: dar conselhos úteis à cidade, de acordo com o interesse da comunidade. Ele se torna, assim, o modelo do conselheiro útil e do dirigente virtuoso, que com seus discursos busca atingir fins políticos e éticos.

Com isso, ficamos com a impressão de que a figura do orador se aproxima mais do “herói da democracia” esboçado por Plutarco e Luciano do que do líder inexpressivo desenhado por Droysen e do político de ocasião imaginado por Jaeger, como foi visto neste texto. Como em várias outras questões, também aqui os antigos – e não os modernos – podem estar com a razão.

No entanto, existe um perigo em considerar como “mais correta” a visão de Plutarco e Luciano. Ele consiste no fato de, ao adotar essa postura, vermos Demóstenes como um ardente defensor de uma democracia radical, em que os indivíduos têm ampla liberdade para fazer o que quiser. Trata-se de um erro. Embora se trate de tema para outro artigo, impossível de ser explorado neste espaço, é possível perceber, nas ideias políticas de Demóstenes, que o orador defendia a democracia, sim, mas não exatamente o regime em vigor na sua época, em que se radicalizou a experiência democrática a ponto de os cidadãos confundirem liberdade com falta de responsabilidade, igualdade com irreverência, direitos com indisciplina. O que o orador tinha em vista era uma democracia moderada, com traços aristocráticos, ou seja, um regime dirigido pelos melhores cidadãos, em que houvesse disciplina, ordem e respeito às autoridades e em que os cidadãos estivessem dispostos a cumprir suas obrigações. Mas esse é um tema a ser explorado em outra ocasião.



- ARISTÓFANES. *As Nuvens*. Tradução e notas de Gilda Maria Reale Starzynski. São Paulo, Abril, 1972.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1959.
- BARROS, Gilda Naécia Maciel de. *Sólon de Atenas – A Cidadania Antiga*. São Paulo, Humanitas, 1999.
- DEMÓSTENES. *As Três Filípicas – Oração sobre as Questões da Quersoneso*. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- DÉMOSTHÈNE, *Harangues*. Tome I. Texte établi e traduit par Maurice Croiset. Paris, Société d'Édition Les Belles Lettres, 1976.
- _____. *Harangues*. Tome II. Texte établi e traduit par Maurice Croiset. Paris, Société d'Édition Les Belles Lettres, 1975.
- _____. *Plaidoyers Politiques*. Tome I. Texte établi et traduit par Octave Navarre et Pierre Orsini. Paris, Société d'Édition Les Belles Lettres, 1968.
- _____. *Plaidoyers Politiques*. Tome II. Texte établi et traduit par Jean Humbert et Louis Gernet. Paris, Société d'Édition Les Belles Lettres, 1959.
- _____. *Plaidoyers Politiques*. Tome III. Texte établi et traduit par Georges Mathieu. Paris, Société d'Édition Les Belles Lettres, 1972.
- _____. *Plaidoyers Politiques*. Tome IV. Texte établi et traduit par Georges Mathieu. Paris, Société d'Édition Les Belles Lettres, 1947.
- DROYSEN, Johann G. *Alejandro Magno*. México, Fondo de Cultura Económica, 1946.
- HERÓDOTO. *Histoires*. Traduit par E. Legrand. Deuxième édition revue et corrigée. Paris, Société D'Édition Les Belles Lettres, 1949.
- JAEGER, Werner. *Demóstenes – La Agonía de Grecia*. Traducción de Eduardo Nicol. 3ª reimpressão. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- _____. *Paideia – A Formação do Homem Grego*. Tradução de Artur M. Parreira. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- JARDÉ, A. *A Grécia Antiga e a Vida Grega*. Tradução e adaptação de Gilda Maria Reale Starzynski. São Paulo, EPU/Edusp, 1977.
- JONES, Peter V. (org.). *O Mundo de Atenas*. Tradução de Ana Lia de Almeida Pradi. São Paulo, Humanitas, 1999.
- PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 7ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- PLUTARCO. *Les Vies des Hommes Illustres, Démosthène*. Traduit par E. Talbot. Quatrième édition. Paris, Librairie Hachette, 1905.
- ROMILLY, Jacqueline de. *Problèmes de la Démocratie Grecque*. Paris, Hermann, 1975.
- SAMOSATE, Lucien de. *Oeuvres Complètes*. Éloge de Démosthène. Traduction par Émile Chambry. Tome troisième. Paris, Le Belles Lettres, 1993.
- TEÓGNIS. *Poèmes Élégiques*. Traduit par Jean Carrière. Paris, Société D'Édition Les Belles Lettres, 1975.
- XENOFONTE. "La Republica de Los Atenienses", in *Las Constituciones Gregas*. Edição de Aurelia Ruiz Sola. Madrid, Akal/Clásica, 1985.